



## Notas de Abertura

José Gregório Faria . Presidente do  
Conselho Geral, IEEI

---

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

Senhor Embaixador de Espanha

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Senhor Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Este ano comemoram-se os vinte anos da adesão de Portugal à União Europeia, um acontecimento com importância para o nosso país. A participação de Portugal no processo de integração europeia é fruto de um esforço colectivo, que começou em 1959 com a EFTA e que envolveu desde então políticos e diplomatas e muitos outros sectores da sociedade portuguesa, até 1985, quando acedemos à Comunidade Europeia. O IEEI acompanhou, desde a sua criação, esse esforço e a Conferência Internacional de Lisboa, que já vai na XXIV edição, fruto de uma parceria exemplar entre o IEEI e a Câmara Municipal de Lisboa foi, e continua a ser, um fórum onde se foram discutindo as diferentes etapas desse processo e acompanhando os distintos acontecimentos que marcaram a integração, nos seus diversos domínios.

Vinte anos passados, é altura de fazer o balanço da participação portuguesa na União Europeia. Muitos tópicos mereceriam ser analisados, mas optámos por escolher as relações com a Espanha: são dois países vizinhos, que aderiram ao mesmo tempo, que passaram por um processo político de transição e consolidação da democracia, prévio à adesão, cujo processo negocial teve assinaláveis semelhanças.

A ideia de dedicar a XXIV Conferência Internacional de Lisboa ao tema ***Portugal e Espanha – Vinte Anos de Europa*** surge, antes de tudo, de uma constatação: em vinte anos, as relações entre os dois países alteraram-se radicalmente, seja nos aspectos económicos, de comércio e de investimento, seja no relacionamento político e mesmo no desenvolvimento das relações entre as sociedades dos dois países.

Basta recordar, por exemplo, que à data da adesão o mercado espanhol representava apenas 4% do comércio externo português. Actualmente, a Espanha é o principal parceiro comercial de Portugal, e representa mais de um quarto do comércio português. Da mesma forma, também o investimento espanhol em Portugal aumentou de forma dramática a partir de 1986, sendo a Espanha, por outro lado, um destino privilegiado para o investimento português e para a internacionalização das empresas portuguesas.

Também a integração física entre os dois países sofreu mudanças radicais. Hoje há uma rede de auto-estradas que possibilita a fácil circulação entre um lado e o outro das respectivas fronteiras, muito para além das tradicionais zonas da raia, como acontecia antes. E estes desenvolvimento têm obviamente efeitos na circulação de pessoas – e no aumento dos fluxos de turismo nos dois sentidos.

Na política externa, também os últimos vinte anos foram pródigos em alterações, começando, por exemplo, com a adesão de Espanha à NATO, e neste domínio, continuando com a participação dos dois países nas Cimeiras Ibero-Americanas.

E evidente que estas profundas alterações, num tão reduzido período, não deixam de suscitar algumas questões, sobretudo do lado português. E sobretudo porque, como é patente, Portugal é o país de menor dimensão, com uma economia consequentemente mais reduzida. É também um país com um único vizinho com fronteira terrestre, e isso conta.

Esta profunda mudança no relacionamento entre países vizinhos não é um exclusivo da relação luso-espanhola. Basta recordar o que esteve na origem da integração europeia e a forma como a evolução das relações entre a França e a Alemanha molda o processo europeu (questão que estará em discussão esta tarde). Mas mais exemplos existem, porventura mais próximos, em termos de dimensão, do caso luso-espanhol: a relação entre a Alemanha e a Holanda ou a Áustria e mesmo a Dinamarca, por exemplo, ou entre a Inglaterra e a Irlanda.

Aqui, provavelmente, o que importa analisar – e que consta entre os objectivos desta conferência –, numa perspectiva portuguesa, é ver até que ponto é que Portugal tira pleno partido desta alteração profunda do relacionamento peninsular, até que ponto é que Portugal tem uma estratégia para o seu próprio desenvolvimento e que lugar tem nesta o potencial de cooperação com a Espanha como parte integrante. Estas são questões fundamentais.

Mas importa igualmente não esquecer que esta conferência decorre num momento em que o debate sobre a Europa, no seguimento da crise constitucional, levanta uma série de questões, entre elas a dos futuros alargamentos. Portugal e a Espanha aderiram nas vésperas de um longo processo de reformas, que teve início em Maastricht e que ainda não está concluído. Nas suas posições perante o aprofundamento e o alargamento da União, muitas vezes convergiram, outras houve em que divergiram. Como é que actualmente vêem o futuro da Europa, que saídas ponderam para o actual impasse constitucional, que posições têm perante os alargamentos, que políticas defendem para a relação entre a Europa e os seus vizinhos mais próximos, serão temas importantes da nossa discussão e que não me cabe antecipar.

Para concluir, queria apenas expressar os nossos agradecimentos. Primeiro à Câmara Municipal de Lisboa, que connosco organiza esta Conferência, depois à Fundação Gulbenkian que nos aceita nas suas instalações, também ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Ministério da Defesa Nacional, pelo seu firme apoio e finalmente, à Embaixada de Espanha em Lisboa, a quem agradecemos a colaboração na organização desta Conferência.